



Atividade econômica brasileira cresce 0,9% em janeiro

Isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil custará R\$ 27 bi por ano

Página 29

Saúde anuncia 2,2 mil novas vagas e cadastro reserva para o Mais Médicos

Página 4

Após recuo em dezembro de 2024, a atividade econômica brasileira cresceu no primeiro mês de 2025, de acordo com informações divulgadas na segunda-feira (17) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,9% em janeiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

No mês, o IBC-Br atingiu 154,6 pontos. Na comparação com janeiro de 2024, houve crescimento de 3,6% (sem ajuste para o período, já que a

comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,8%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos. Página 3

Contrata+Brasil tem adesão de 187 instituições públicas

A plataforma Contrata +Brasil, em um mês de operação, registrou 17 contratações de microempreendedores individuais (MEI) feitas por órgãos públicos em dez municípios.

A plataforma de oportunidades de negócios lançada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) opera de forma gratuita e conecta compradores públicos da União, estados e municípios a prestadores de serviços de todo o país, inicialmente somente destinado a microempreendedores individuais.

A iniciativa tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico regional, de forma a gerar emprego e renda e incentivar o mercado local.

Números

O MGI registra, até o momento, a adesão à plataforma de 187 agentes públicos contratantes, incluindo órgãos de 132 municípios, como prefeituras, câmaras municipais e outras entidades.

Mais de 1,2 mil MEI inscritos no Contrata+Brasil estão aptos a oferecer propostas, enviar seus preços e atender demandas de serviços disponíveis na sua cidade.

A plataforma tem registrada quase 60 oportunidades de negócio, como de instalação de sistemas centrais de ar condicionado; reparação de equipamentos esportivos, manutenção de telefonia; carga preventiva de extintor de incêndio; manutenção predial, entre outros.

Ao todo, essas oportunidades de serviços receberam, juntas, um total de 240 propostas.

O gestor público pode preencher o formulário de cadastro para contratar serviços de manutenção e pequenos reparos do Contrata+Brasil no valor de até R\$ 12.545,11.

Entre os serviços que podem ser ofertados, estão pequenos reparos, como pintura, encanamento, eletricidade e reforma de móveis.

Os MEI podem se cadastrar gratuitamente, enviar propostas e acompanhar todo o processo de contratação de forma digital, transparente e simplificada. (Agência Brasil)

Enel faz mutirão para cliente renegociar débitos



Foto: Marcello Casal Jr./ABR

Página 29

Feirão da Sabesp oferece condições especiais para quitação de débitos

Página 3

Turismo paulista deve movimentar R\$ 340 bilhões neste ano

Página 2

Mais de 560 mil pessoas entregaram declaração do IRPF no primeiro dia

Página 4

Esporte

Norris vence corrida maluca da F-1 na Austrália

A McLaren confirmou o favoritismo e venceu o GP da Austrália, primeira etapa da temporada da F-1, com Lando Norris. Mas a corrida esteve muito, muito longe de ser previsível. A começar pela pista molhada, que embaralhou as estratégias e bagunçou o resultado no domingo, dia da corrida.

A superioridade da atual campeã de Construtores ficou evidenciada na classificação, formando a primeira fila com Lando Norris na pole position e Oscar Piastri em segundo. Max Verstappen, da Red Bull, alinhou em terceiro lugar, com um tempo quase quatro décimos acima da pole. Página 30



Foto: McLaren

Lando Norris



Rafael Câmara

O brasileiro Rafael Câmara venceu no sábado (15) a corrida principal da etapa de abertura da Fórmula 3, disputada no circuito de Albert Park, em Melbourne. O piloto, que integra o Ferrari Driver Academy e defende a Trident, estreou na ca-

Rafael Câmara vence de ponta a ponta corrida principal na Austrália e é líder da F3

tegoria neste final de semana com a pole position da prova, que foi realizada debaixo de chuva. De quebra, o estreante saiu da Austrália na liderança do campeonato.

A corrida teve o brasileiro liderando de forma dominante. Câmara, que liderou de ponta a ponta, chegou a abrir cinco segundos de frente para o segundo colocado. Um acidente já na 13ª volta de disputa encerrou a prova com bandeira vermelha, definindo a vitória em favor do atual campeão da FRECA. Página 30

Atletismo Brasil já faz treinos finais na China para o Mundial Indoor

A delegação do Brasil viajou para a China em dois grupos - a maior parte já está treinando em Taicang, sede do Mundial Indoor de Nanjing, na China, desde o fim de semana. O Mundial será realizado de sexta-feira a domingo, de 21 e 23 de março - por causa do fuso horário terá início na noite de quinta-feira (20/3) no horário de Brasília. O Atletismo Brasil terá 17 atletas na China - cinco mulheres e 12

homens. A equipe foi ampliada em função da realocação de vagas pela World Athletics.

A delegação brasileira terá uma mescla de atletas experientes - oito dos convocados estiveram nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024 - e caras novas, como a saltadora Regiclécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) e o velocista Thiago Gobatti (AFEA-SP). Página 30

Miguel Silva sobe no pódio em terceiro na OKN Júnior



Foto: Leonardo Dias

Miguel Silva foi o piloto que fez mais ultrapassagens na OKN Jr

Pela segunda vez consecutiva o piloto Miguel Silva (RodOil/ Shield Oil/SOS Bike Móvel) subiu no pódio da categoria internacional OKN Júnior. No último sábado (15) ele foi terceiro colocado na 2ª etapa da Copa São Paulo Light de Kart, disputada no Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). Com este resultado

‘Miguelito’ é terceiro colocado no campeonato, com 15 pontos, apenas cinco de diferença para os líderes Nicolas Guth e Samuel Santiago, vencedores respectivamente das duas primeiras etapas.

‘Fiquei feliz com o resultado, que vem mostrando a minha consistência no pelotão de frente. Página 30

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,67
Venda: 5,67

Turismo
Compra: 5,74
Venda: 5,92

EURO

Compra: 6,19
Venda: 6,19

Turismo paulista deve movimentar R\$ 340 bilhões neste ano

O turismo em São Paulo seguirá sua trajetória de crescimento em 2025, com previsão de um Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$ 340 bilhões (valor estimado), representando uma alta de 3,65% em relação ao ano anterior. É o que projeta o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET) ligado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP).

A projeção está alinhada com as estimativas mais conservadoras para o PIB geral do estado, mas se destaca por evidenciar o crescimento contínuo do setor, que tem superado a média da

economia paulista. Desde 2021, o turismo tem demonstrado forte desempenho de recuperação e crescimento estrutural, com aumento constante de sua participação econômica no estado.

Em 2023, o setor já havia ultrapassado os índices pré-pandemia, e a recuperação tem sido impulsionada principalmente pela expansão da oferta de serviços turísticos e pela posição central de São Paulo como um dos destinos mais atrativos, tanto para turistas domésticos quanto internacionais.

A projeção do Centro de Inteligência da Economia do Turismo

para este ano é de que 51 milhões de turistas circulem no estado, sendo 48,5 milhões domésticos e 2,5 milhões internacionais.

A combinação de forte demanda interna e os investimentos crescentes em infraestrutura turística garantirão a continuidade do crescimento do setor, que

deverá representar 9,7% do PIB paulista até o final de 2025. “O turismo de São Paulo mantém sua trajetória de crescimento acima da média. O Estado é o maior receptor de turistas do país e tem a maior participação na economia do turismo nacional, estando preparado para atrair novos investi-

mentos”, afirma o Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, Roberto de Lucena.

Para Lucena, os números refletem o dinamismo e o potencial de São Paulo como catalisador de investimentos e oportunidades. “Projetamos a criação de 33 mil novos empregos diretos este

ano. Trata-se de um crescimento consistente”, complementa.

Com esse cenário favorável, São Paulo reafirma sua posição como um dos maiores polos turísticos do Brasil, e o setor de turismo se mantém como um dos principais motores da economia paulista. (Governo de SP)

Departamento Hidroviário de SP reduz tempo de espera em travessias do estado no Carnaval 2025

O Departamento Hidroviário (DH) divulgou o balanço da Operação Carnaval 2025, realizada entre os dias 28 de fevereiro e 10 de março, e os resultados mostram um aumento significativo no volume de veículos e passageiros transportados: 351.516 veículos e 299.981 passageiros. Apesar do volume, o DH teve uma redução expressiva no tempo máximo de espera para embarque nas principais travessias do litoral paulista nos horários de pico das linhas – que correspondem ao intervalo entre 6h e 22h.

Na travessia São Sebastião/Ilhabela, foram transportados 74.936 veículos (incluindo moto-

cicletas, automóveis e caminhões) e 86.745 passageiros (9.145 ciclistas e 77.600 pedestres). Em comparação com o Carnaval anterior, houve um aumento de 20% no transporte de veículos, com destaque para caminhões, que tiveram um crescimento de 34%.

O número de passageiros também cresceu 55%, com pedestres registrando um aumento de 57%. Apesar do maior volume, nas viagens que ocorreram nos horários de pico, o tempo máximo de espera para embarque caiu 5%, com a maioria das viagens ocorrendo em até 30 minutos.

Já na travessia Santos/Gua-

rujá, o DH registrou o transporte de 235.389 veículos e 62.021 passageiros (59.543 ciclistas e 2.478 pedestres) no período. O aumento foi de 11% no transporte de veículos, com destaque para caminhões, que tiveram um crescimento expressivo de 101%. Nos embarques que ocorreram entre as 6h e as 22h, o tempo máximo de espera para embarque caiu drasticamente, com uma redução de 56%, o que equivale a 53 minutos a menos de espera. Durante o período, a maioria dos usuários foi atendida em até 15 minutos.

A travessia Bertioga/Guarujá também apresentou números positivos, com 16.506 veículos, alta

de 1%, e 32.092 passageiros transportados (980 ciclistas e 31.112 pedestres). Mesmo com este crescimento, o tempo de máximo de espera para embarque se manteve estável, em torno de 30 minutos.

Na travessia Santos/Vicente de Carvalho, que é majoritariamente utilizada por passageiros que se deslocam para o trabalho, foram transportados 80.213 passageiros (12.265 ciclistas e 67.948 pedestres), com uma leve redução de 2% em relação ao ano anterior. O pico no tempo de espera para embarque caiu 7%, mantendo a eficiência do serviço mesmo durante o período de alta demanda. (Governo de SP)

Urbanização avança no estado de SP, e população rural apresenta média de idade maior, aponta Fundação Seade

A população paulista está cada vez mais urbana. Análise da Fundação Seade mostra que, entre 1980 e 2022, o grau de urbanização no estado de São Paulo passou de 88,6% para 97%. Paralelamente, a idade média da população rural aumentou de forma mais acelerada do que a urbana. Enquanto a média de idade da população urbana subiu de 33,5 anos, em 2010, para 37,6 anos, no meio rural esse avanço foi maior, passando de 32,9 para 38,9 anos no mesmo período.

“A população urbana quase dobrou no período analisado, correspondendo a 43,1 milhões

de habitantes em 2022. Esse resultado reflete uma tendência global de concentração da população em áreas urbanas, impulsionada por fatores como oportunidades de trabalho e acesso a serviços”, destaca Paulo Borlina Maia, pesquisador da Fundação Seade.

O estudo ainda revela que, em 2010, 159 municípios paulistas (25%) apresentavam grau de urbanização elevado, maior que 95%, e se concentravam no eixo rodoviário Anhanguera. Já as cidades com grau intermediário (entre 65 e 95%) eram 65% do total e encontravam-se mais a oes-

te do estado.

Apenas 10% (63 municípios) registravam urbanização inferior a 65%, localizados principalmente na região serrana do Vale do Paraíba, no Pontal do Paranapanema e ao sul do estado. Na última categoria, seis municípios tinham menos de 35% de urbanização, com o menor grau pertencente à Pedra Bela (24,9%), na RA de Campinas.

Avanço da urbanização

Em 2022, a urbanização se intensificou no estado, passando a registrar 31% de seus municípios (197) com grau superior a

95%, alargando a concentração no eixo rodoviário Anhanguera e discreto avanço para o oeste.

Os municípios no grau intermediário passaram de 423 para 402, mantendo maior concentração na região oeste. Apenas 46 municípios (7%), mais localizados na região serrana do Vale do Paraíba, no Pontal do Paranapanema e ao sul, apresentaram proporção inferior a 65% e somente a cidade de Pedra Bela permaneceu com grau inferior a 35%, sendo o município paulista com menor grau de urbanização (27,1%). (Governo de SP)

Butantan entrega primeiro lote de 19,8 milhões de doses para imunização contra a gripe no SUS

O Instituto Butantan entregou na semana passada as primeiras 19,8 milhões de doses da vacina trivalente contra a gripe que será usada pelo Ministério da Saúde na campanha nacional de imunização deste ano. A expectativa é que aproximadamente 45 milhões de doses sejam disponibilizadas até o final de março, garantindo assim que o volume adequado de imunizantes seja ofertado em todas as salas de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS). Até o final de abril, época em que a campanha nacional de vacinação costuma acontecer, outras 22,6 milhões de doses já terão sido entregues.

Capaz de provocar infecção aguda no sistema respiratório e com grande potencial de transmissão, a gripe é desencadeada pelo vírus influenza, podendo evoluir para quadros graves de pneumonia. Dos 80.618 casos notificados de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) com resultado laboratorial positivo

para algum vírus respiratório em 2024, 16,5% foram de influenza A e 2,1% de influenza B, segundo o boletim InfoGripe da Semana Epidemiológica 52/2024.

Devido à rápida velocidade de mutação e adaptação do vírus, o imunizante contra a gripe precisa ser atualizado anualmente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) acompanha a circulação do vírus no mundo e indica quais são as cepas mais incidentes, ou seja, que devem estar contidas nas vacinas. São publicadas duas recomendações: uma em fevereiro, específica para os países do hemisfério Norte; e outra em setembro, para as nações do hemisfério Sul. O objetivo da alteração é garantir que os três vírus utilizados na composição da vacina – daí o termo “trivalente” – correspondam àquelas que estão em circulação no momento, reduzindo as chances de infecção. É por isso que mesmo quem se vacinou recentemente deve receber a versão atuali-

zada do produto. Em 2024, apenas 55% da população alvo brasileira foi vacinada – a meta preconizada pela OMS é de 90%.


As 67 milhões de doses que o Butantan encaminhará ao Ministério da Saúde até o final de abril contém as cepas do vírus influenza A/Victoria (H1N1), A/Croácia (H3N2) e B/Austria (linha Victoria) – as mais incidentes no hemisfério Sul neste ano. Além desses lotes, entre agosto e setembro, o Instituto enviará uma nova remessa com 5,9 milhões de doses que serão encaminhadas para os estados do Norte. Desde 2024, Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins têm recebido o imunizante com a composição do hemisfério Norte e realizado sua campanha de vacinação no final do ano, levando em consideração as particularidades do início do inverno amazônico. Em 2025, coincidentemente, as vacinas do hemisfério Norte e Sul possuem a mesma

formulação.

Mudanças na estratégia

A vacinação contra a gripe em 2025 traz uma novidade: o imunizante foi incorporado ao Calendário Nacional de Vacinação para crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes e pessoas 60+, e será ofertado ao longo de todo o ano para esses públicos. Anteriormente, a campanha acontecia em período específico – entre março e maio, época que precede o inverno e quando acontece maior circulação do vírus influenza.

O objetivo da nova estratégia é ampliar a proteção contra a doença e garantir um acesso mais abrangente e eficaz à vacina. A imunização contra a gripe seguirá de forma sazonal para outros grupos, como puérperas, povos indígenas, pessoas com doenças crônicas, profissionais da saúde, professores, trabalhadores das forças de segurança e população privada de liberdade. (Governo de SP)



CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Em tempos de Palmeiras x Corinthians, vale lembrar que os jogadores Ademir da Guia (Palmeiras) e Zé Maria ... mais Biro Biro (Corinthians) foram vereadores no maior [do Brasil] e mais importante time de parlamentares municipais

PREFEITURA (São Paulo)
Já treinando pra possíveis jogos maiores [que podem rolar nos campos da política estadual ... ou até nacional], o católico e reeleito 2024 prefeito Ricardo Nunes (MDB) tá esperando um milagre na 2ª partida do seu Palmeiras x Corinthians

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Veterano deputado e ex-presidente Barros Munhoz (PSDB) - escalado pra jogar na 2ª secretaria da mesa diretora - diz que o reeleito [presidente] deputado André Prado (PL) às vezes nos 'ensina' como jogar nos times das séries A e B] da ALESP

GOVERNO (São Paulo)
Em campanha por reeleição 2026, em vez de candidato presidencial 2026, o governador Tarcísio (Republicanos) jogou [no Rio] com o ex-presidente Bolsonaro (PL) e alguns governadores, pela antistia aos depredadores(as) do 08.01.2023

CONGRESSO (Brasil)
Ex-senador e ex-presidente [eleição indireta 1985], Sarney faz 95 anos [24 março 2025]. Até o Lula (SAF no PT) tá comemorando junto [pelo início dos 40 anos da 'democracia'] ... tempo em que Lula sofria [ao lado de Sócrates e Corinthians]

PRESIDÊNCIA (Brasil)
O palmeirense e ex-presidente Bolsonaro (PL) tá rezando [e também orando] pro seu time reagir no 2º jogo contra o Corinthians. Já o presidente Lula (SAF no seu 'timão' / PT), segue rezando pra que seu Corinthians volte a ser campeão (SP)

PARTIDOS (Brasil)
Tendo se tornado um dos maiores jogadores, treinadores e dirigentes do Século 21, o ex-prefeito paulistano Kassab (refundador em 2011 e SAF no seu PSD) segue nas suas buscas de reforços [nos outros times] pro seu agora grande time

JUSTIÇAS
Em jogo [jogado no 'tapetão' do Supremo], 7 parlamentares [Câmara Federal] tão tendo anulados os resultados das partidas ganhas em 2022. E não há 'VAR' que possa anular a retroatividade que prejudicou jogadores/as e as torcidas votantes ...

(Brasil)
... Na prorrogação, deu 6 x 5 com gols de Mendes, Toffoli, Alexandre, Zanin, Kássio e Dino. Entre parlamentares que perderam, não há deputados(as) federais [Estado SP]. Quem mais ganhou foi o time da deputada Renata Abreu (SAF no Podemos)

ANO 33
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - “E disse Faraó a seus servos: Achariam um homem como este, em quem haja o Espírito de Deus?” **Gênesis 41:38**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Etecs e Fatecs oferecem consultoria para declaração do imposto de renda 2025

Começou na segunda-feira (17) o prazo para declarar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 2025. Como ocorre todos os anos, diversas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, administradas pelo Centro Paula Souza (CPS), prestam consultoria gratuita a quem encontra dificuldades no pro-

cedimento. A data final para entrega da declaração é 30 de maio.

Os atendimentos são realizados por alunos de diferentes cursos, sempre sob supervisão de coordenadores e professores. Algumas unidades solicitam contrapartidas, como doação de alimentos, para instituições beneficentes. Em outras,

é necessário agendar o serviço em razão do número limitado de vagas. Confira abaixo relação de locais, datas e horários.

Os interessados na consultoria devem apresentar comprovantes de rendimentos do ano-calendário 2024, declaração anterior com recibo de entrega (se houver), número de RG, CPF e título de eleitor, endereço resi-

dencial, dados da conta bancária para restituição e comprovantes de despesas que possam ser abatidas (consultas médicas, exames clínicos, mensalidades escolares, contribuição para previdência privada, entre outros). Mais informações sobre a declaração podem ser obtidas no site da Receita Federal. (Governo de SP)

Atividade econômica brasileira cresce 0,9% em janeiro

Após recuo em dezembro de 2024, a atividade econômica brasileira cresceu no primeiro mês de 2025, de acordo com informações divulgadas na segunda-feira (17) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,9% em janeiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

No mês, o IBC-Br atingiu 154,6 pontos. Na comparação com janeiro de 2024, houve crescimento de 3,6% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,8%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, defini-

nida atualmente em 13,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de insumos.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando

o a atividade econômica.

Inflação

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial - medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado em 12 meses, o IPCA soma 5,06%, acima do teto da meta de 3%, que tem tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

A alta do dólar e as incertezas em torno da inflação e da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros na reunião de janeiro, o quarto aumento seguido da Selic, que consolida um ciclo de contração na política monetária.

Em relação às próximas reuniões, o Copom já confirmou que elevará a Selic em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, na

reunião que ocorre esta semana, mas não informou se as altas continuarão na reunião de maio, apenas que observará a inflação.

Produto Interno Bruto

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo IBGE. Segundo o BC, o índice “contribui para a elaboração de estratégia da política monetária” do país, mas “não é exatamente uma prévia do PIB.”

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%. (Agência Brasil)

Mercado reduz estimativas para crescimento da economia e inflação

As previsões do mercado financeiro para a expansão da economia e o índice de inflação em 2025 foram reduzidas, de acordo com a edição da segunda-feira (17) do Boletim Focus. A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para este ano, a expectativa para o crescimento da economia caiu de 2,01% para 1,99%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) passou de 1,7% para 1,6%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,98 para o fim

deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 6.

Inflação

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerando a inflação oficial do país – caiu de 5,68% para 5,66% este ano. É a primeira redução na projeção após mais de 20 elevações.

Para 2026, a projeção da inflação subiu de 4,4% para 4,48%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Ge-

ografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta do dólar e as incertezas em torno da inflação e da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros na reunião de janeiro, o quarto aumento seguido da Selic, que consolida um ciclo de contração na política monetária.

Em relação às próximas reuniões, o Copom já confirmou que elevará a Selic em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, na reunião que ocorre esta semana, mas não informou se as altas continuarão na reunião de maio,

apenas que observará a inflação.

Até o fim deste ano, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. (Agência Brasil)

Paraná recebe missão do Banco Mundial para estruturar Programa de Segurança Hídrica

O Governo do Paraná recebe, até sexta-feira (21), uma missão do Banco Mundial para construir o Programa de Segurança Hídrica do Paraná (PSH), uma ação multissetorial de investimento de US\$ 263 milhões, cerca de R\$ 1,6 bilhão. Destes, US\$ 186 milhões serão financiados pelo Banco Mundial e o restante, US\$ 77 milhões, serão uma contrapartida do Estado do Paraná.

Estão marcadas dezenas de sessões, apresentações e reuniões com o objetivo de apresentar aos participantes da missão a estrutura organizacional estadual e desenhar o encaminhamento do plano.

O programa tem como objetivo promover a segurança hídrica para usos múltiplos no Paraná no contexto das mudanças climáticas. Tem como resultados esperados a ampliação do uso adequado e regularizado dos recursos hídricos, da disponibilidade sustentável de água para usos múltiplos e da área cultivada com boas práticas sustentáveis de manejo do solo, água e ambiental.

Além disso, o PSH busca a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e da biodiversidade associada, da resiliência da pro-

dução agropecuária ao déficit hídrico, do acesso ao saneamento básico no meio rural e da coleta e destinação de efluentes da produção rural.

A iniciativa objetiva, ainda, a redução de conflitos de uso dos recursos hídricos, do risco de indisponibilidade hídrica no abastecimento urbano e da erosão em áreas urbanas, periurbanas e rurais suscetíveis.

O PSH é como um grande plano diretor de segurança hídrica, com análise e pensando em transposição de bacia, preservação de água comunitária, um cuidado do manejo especial, a questão das fontes de água. Sendo, assim, um grande programa com investimentos do Governo do Estado.

“Nossa grande matriz econômica está vinculada ao agronegócio, que consome a água, que precisa de água, todo o aspecto da questão das mudanças climáticas a gente precisa ficar atento, e é importante o Paraná ter um uso adequado, regularizado, todos os recursos hídricos, justamente para que a gente possa garantir água no futuro”, diz o secretário de Planejamento do Estado, Guto Silva.

A Missão de Identificação é

a primeira do fluxo de elaboração de um programa. Antes disso, ele foi autorizado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofinex), órgão colegiado e integrante da estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento, em dezembro de 2024, sendo este o início da preparação e operação dos documentos junto à instituição de fomento.

Durante esta semana, o Banco Mundial terá acesso à estrutura das instituições envolvidas Secretarias do Planejamento, Agricultura e Abastecimento, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, o Instituto de Água e Terra e a Sanepar.

Para o membro do comitê gestor do Programa e secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Norberto Ortigara, o PSH tem uma importância estratégica para a economia e para a sociedade paranaense.

“Além de sua expertise, o Estado foi buscar experiências mundiais afora, na Europa, Israel, Estados Unidos, para ver como se faz uma boa gestão, produção, guarda e reaproveitamento de água. Encontramos guardida no Banco Mundial, que também tem essa visão estratégica e, por isso, apos-

to e comprou a nossa ideia de termos uma política de longo prazo com ações de curto prazo, tendentes a termos mais eficiência, racionalidade no enfrentamento de uma possível crescente escassez hídrica no nosso território paranaense”, afirma.

Ao final desta semana, o Estado receberá um documento chamado Nota Conceitual e, a partir dele, o Banco Mundial e as instituições detalham o projeto para delinear os trâmites burocráticos para a assinatura do contrato. A partir desse momento é que se terá o planejamento detalhado das ações a serem executadas.

Para o Banco Mundial, esta parceria com o Estado do Paraná é muito boa para as duas partes. “Um projeto para melhorar a segurança hídrica é muito importante no contexto das mudanças climáticas. Então, para fazer isso, é fundamental a coordenação entre todas as instituições que tenham um olhar importante para a água, como IAT, Sanepar, Secretária de Agricultura, de Planejamento”, observa Marie-Laure Lajaunie, especialista em recursos hídricos e gerente do projeto no Banco Mundial. (AENPR)

AgroNotícias
Mauricio Picazo Galhardo

EMISSÃO DE CARBONO
O preço das emissões de carbono na agropecuária brasileira foi estimado em 11,54 dólares por tonelada de gás carbônico equivalente (US\$ 11,54/tCO₂e). Esse valor foi calculado por um estudo da Embrapa Territorial (SP) embasado em trabalhos científicos de diversos países. Foram analisados valores, métodos de cálculo e fatores que determinam o preço do carbono emitido pela agricultura ao redor do mundo.

PLANTIO DIRETO
OSistema Plantio Direto (SPD), como ferramenta fundamental na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, foi tema de evento ocorrido em Brasília (DF), nesta segunda-feira (10). Promovido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em parceria com a Federação Brasileira do Sistema de Plantio Direto, o encontro trouxe, a partir do Projeto SPD Agro+, as políticas públicas, inovações científicas e práticas agrícolas sustentáveis.

RECIPROCIDADE
A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniu para debater o Projeto, que trata da Reciprocidade Ambiental. A proposta, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), é uma das pautas prioritárias da bancada e está sob a relatoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS), que apresentou um substitutivo no final de fevereiro deste ano. Segundo a senadora, a iniciativa surgiu da preocupação com as medidas ambientais propostas pela União Europeia e da necessidade de garantir condições equitativas para os produtos brasileiros no mercado internacional.

AGENDA AGRO
A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil lança, no dia 26 de março às 9h, a “Agenda Legislativa do Agro – CNA 2025”, em sessão solene no plenário do Senado Federal. A Agenda Legislativa está dividida em eixos temáticos: Economia e Tributação; Meio Ambiente; Direito de Propriedade; Produção Agropecuária; Infraestrutura e Logística; Tecnológica e Educação no Campo; Relações Trabalhistas e Relações Internacionais. Para cada um dos eixos são apresentados os projetos de lei prioritários para o setor em tramitação no Congresso Nacional.

PRODUÇÃO DE GRÃOS
Com o andamento da colheita de verão, principalmente de soja, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) atualizou as suas estimativas de safra para 2024/25. A Conab aumentou em 2,6 milhões de toneladas a sua projeção sobre a produção de grãos para 328.3 milhões de toneladas. O volume corresponde a um aumento de 10,30%, ou 30.6 milhões de toneladas em relação ao do ciclo anterior.

CLIMA
A Câmara dos Deputados lançou uma nova página especial em seu portal para abordar os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos e os desafios enfrentados pelo setor agropecuário. O material visa esclarecer como o aquecimento global afeta a segurança alimentar, a economia e a produtividade das terras cultiváveis. Apesar dos compromissos internacionais para reduzir as emissões de carbono, os níveis continuam elevados, agravando fenômenos climáticos como secas prolongadas e chuvas intensas.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO
No mês de março, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), celebra a conquista que estipula a marca de 700 estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção de São Paulo, o SISP. “É uma marca importante no que tange à qualidade e à procedência dos produtos de origem animal produzidos e consumidos no Estado de São Paulo”, comemora João Gustavo Loureiro, médico-veterinário e diretor do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CIPOA).

OVOS
Em fevereiro, as exportações brasileiras de ovos processados atingiram recorde para o período, considerando-se a série histórica da Secex, iniciada em 1997. Pesquisadores do Cepea explicam que esse cenário foi impulsionado pela crescente demanda dos Estados Unidos, que vêm enfrentando um surto de gripe aviária. No mês, o país adquiriu pouco mais que o dobro do volume de ovos processados registrado em janeiro. (Com as informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

AGRO CARTOON **PICAZO**

EMISSÕES DE CARBONO

O PREÇO DAS EMISSÕES DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA FOI ESTIMADO EM 11,54 DÓLARES US\$11,54/tCO₂e POR TONELADA DE GÁS CARBÔNICO, VALOR CALCULADO POR ESTUDO DA EMBRAPA TERRITORIAL (SP)

DESENHO: PIXABAY.COM 583/125

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO SBF S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



GRUPO **SBF**

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A. CNPJ 13.217.485/0001-11



Demonstrações Financeiras 2024

* continuação

Divulgação de Resultados 4T24 & 2024

No acumulado do ano, desconsiderando a provisão de remuneração variável, as despesas operacionais apresentariam redução em relação a 2023, explicada principalmente pela internalização da operação logística da Fisia que gerou redução relevante na linha de serviços de terceiros em 2024.

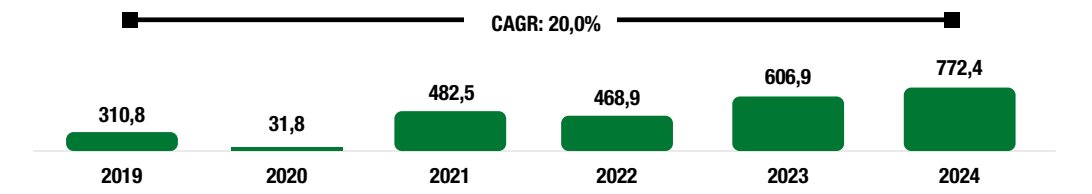
Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA (ex-IFRS), and Margem EBITDA (ex-IFRS).

BALANÇO PATRIMONIAL

Table with 3 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023. Divided into Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, and Passivo Não Circulante.

FLUXO DE CAIXA

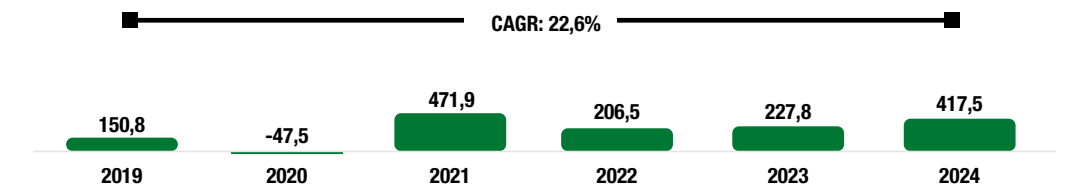
Table with 3 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023. Includes sections for Fluxo de Caixa Operacionais and Fluxo de Caixa de Investimentos.



O EBITDA do Grupo SBF totalizou R\$ 236,1 milhões no quarto trimestre de 2024, crescimento de 11,7% vs o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA alcançou 10,9%, expansão de 1,0 ponto percentual vs o 4T23. No ano, a Companhia alcançou EBITDA de R\$ 772,4 milhões, aumento de 27,3% vs 2023 e a margem EBITDA passou de 8,7% para 10,8% (+2,1 p.p.).

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include Lucro Líquido, Margem Líquida, and Margem Líquida (ex-IFRS).



O lucro líquido do Grupo SBF totalizou R\$ 170,4 milhões no quarto trimestre, com margem líquida de 7,8% (+1,2 p.p.), e crescimento de 20,6%, quando comparado com o mesmo período de 2023.

Além disso, o lucro foi favorecido pelo pagamento de Juros Sobre Capital Próprio Intercompany no valor de R\$ 28,9 milhões, que acarretou em um impacto positivo na alíquota de imposto de renda do período.

No acumulado do ano, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 417,5 milhões, aumento de 83,3% vs 2023. A margem líquida passou de 3,3% para 5,8%, expansão de 2,5 pontos percentuais.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

Table with 4 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023, Δ(%). Rows include Contas a receber, Tributos e IR a Compensar, Estoques, and other assets.

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa e Dívida e incluindo Antecipação de Recebíveis. A linha "outras obrigações" compreende também os parcelamentos tributários que até o quarto trimestre de 2023 eram considerados no cálculo do endividamento.

- i. Contas a receber: aumento explicado pelo crescimento da receita no período e por uma maior flexibilização na política de parcelamentos nas lojas e e-commerce atrelada às campanhas de Black Friday e Natal.
ii. Tributos e IR a compensar: explicado principalmente por um maior consumo de créditos de ICMS na operação da Fisia, referente ao período anterior à implementação do corredor de importação.
iii. Obrigações tributárias: incremento explicado pelas provisões para o pagamento do DIFAL (Diferencial de Alíquota). A contrapartida destas provisões está em depósitos judiciais (ativo não circulante). Estas contas devem ser compensadas nos próximos períodos.
iv. Outras Ativos Circulantes: incremento decorrente da normalização da dinâmica de compras na Fisia - em 2023, o menor volume de compras resultou em um saldo de royalties menor. Consequentemente, a conta de contrapartida de royalties a apropriar, alocada na linha de Outras Ativos Circulantes, também foi impactada.
v. Arrendamento a pagar: impacto proveniente da revisão de contratos em razão da realização de benfeitorias em imóveis, além da apropriação de juros próprios do período.
vi. Obrigações trabalhistas: incremento devido ao maior provisionamento de remuneração variável.

FLUXO DE CAIXA

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include EBITDA, Depreciação e Juros IFRS 16, Depreciação e Amortização, Fluxo de Caixa Operacional, and other cash flow items.

As antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos; Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas. A Companhia registrou fluxo de caixa operacional de R\$ 473,2 milhões no 4T24, frente a R\$ 945,1 milhões no 4T23. Em contrapartida, no ano de 2024, o fluxo de caixa operacional contou com expansão de 86,0% vs 2023, totalizando R\$ 949,9 milhões no ano.

A variação de 30,4% observada no fluxo de caixa de investimentos é explicada pelo pagamento de dívidas e juros, sem a necessidade de captações adicionais, no montante de R\$ 100,4 milhões, e pela recompra de ações da própria Companhia no valor de R\$ 27,1 milhões conforme o programa aprovado em 13/12/2024.

ENDIVIDAMENTO

Table with 4 columns: RS MIL, 31/12/2024 ajustado, 31/12/2023 ajustado, Δ(%). Rows include (+) Empréstimos e Financiamentos, (-) Caixa e Equivalentes, Dívida Líquida, and Dívida Líquida Aj./EBITDA Aj. (últ. 12 meses).

O Grupo SBF encerrou o ano de 2024 com uma redução de 59,0% da dívida líquida, reforçando o compromisso estratégico da Companhia com a redução da dívida através da geração de caixa e da otimização do Capital de Giro Líquido. A alavancagem observada de 1,19x em 31/12/2024 para 0,38x em 31/12/2023, em comparação ao 4T23, a Companhia reduziu sua alavancagem em 2,75x (de 3,13x para 0,38x).

Investimentos - CAPEX: No trimestre, o CAPEX foi impulsionado principalmente pelo aumento dos investimentos em revitalizações e manutenções de lojas tradicionais da Centauro. Além disso, os investimentos em projetos logísticos da Fisia impactaram as linhas de Logística e Tecnologia e Inovação. No 4T24, a Centauro inaugurou uma loja no formato G5 no Shopping Plaza Sul, em São Paulo.

INVESTIMENTOS - CAPEX

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include Novas Lojas, Reformas, Tecnologia e Inovação, Logística, and Total Investimentos.

Adições de Ativo Imobilizado: (138.662) (126.465)
Adições no Intangível: (121.446) (133.162)
Caixa Líq. Das Atividades de Investimento: (260.108) (259.627)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: (7.324) 113.969
Estoques: (18.550) (30.939)
Instrumentos Financeiros Derivativos: (21.032) 4.159
Tributos a Compensar, Diferido, IRPJ E CSLL a Compensar: 230.749 264.232
Depósitos Judiciais: (208.608) (119.639)
Outras Contas a Receber: (45.801) 8.226
Aumento (Redução) dos Passivos: (14.399) (403.489)
Obrigações Tributárias: 259.557 (163.309)
Parcelamentos de Tributos: 131.387 (24.421)
Instrumentos Financeiros Derivativos: (87.231) 22.503
Contingências Pagas: (65.025) (24.328)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: 85.017 (17.561)
Outras Contas a Pagar: 7.528 (79.994)
Outras Obrigações: 22.217 (18.786)
Variação nos Ativos e Passivos: 269.625 (242.752)
Juros Pagos sobre Financiamentos: (25.463) (34.051)
Juros Pagos sobre Debêntures: (161.938) (170.014)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos: (46.221) (43.172)
Caixa Líq. das Atividades Operacionais: 1.069.935 625.410

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Despesas Administrativas e Gerais, Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas, Depreciação e Amortização, Lucro (Prejuízo) Operacional, Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas, Lucro Antes dos Impostos, IR e CS, Lucro Líquido do Período, IFRS + AJUSTOS NÃO RECORRENTES.

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Despesas Administrativas e Gerais, Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas, Depreciação e Amortização, Lucro (Prejuízo) Operacional, Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas, Lucro Antes dos Impostos, IR e CS, Lucro Líquido do Período, IFRS + AJUSTOS NÃO RECORRENTES.

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 65,9 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Despesas Administrativas e Gerais, Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas, Depreciação e Amortização, Lucro (Prejuízo) Operacional, Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas, Lucro Antes dos Impostos, IR e CS, Lucro Líquido do Período, IFRS + AJUSTOS NÃO RECORRENTES.

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Despesas Administrativas e Gerais, Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas, Depreciação e Amortização, Lucro (Prejuízo) Operacional, Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas, Lucro Antes dos Impostos, IR e CS, Lucro Líquido do Período, IFRS + AJUSTOS NÃO RECORRENTES.

SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista omnichannel do Brasil, com 100% das operações de lojas físicas e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, o Grupo SBF adquiriu o maior ecossistema de esporte do Brasil: a NNB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em 2022, foi concluído o processo de investimento na OneFan, um superapp para torcedores de clubes de futebol, que permite centralizar serviços e experiências exclusivas; na X3M, empresa especializada na organização de corridas e eventos esportivos e em FitDance, a maior plataforma de dança no Brasil. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.

• José Salazar
• Victoria Machado Bruno
• Luna Romeu
• Luísa Milian
• João Marques
ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em médias previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a riscos.

GRUPO SBF
GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11



Demonstrações Financeiras 2024

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo o comportamento de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e premissas orientadas pela Administração. **b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e de crédito de contribuição social diferidos; Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 698.756 (R\$ 755.531 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **c) Contingências tributárias:** O Grupo, através de suas controladas diretas e indiretas, mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes à cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. Há também discussões de ICMS em outros estados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao longo do prazo para adquirir o ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a prorrogação (ou não prorrogação) incidir em multas significativas; é razoavelmente que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • Se houver beneficiários em imóveis de terceiros com saldo residual significativo; é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). Durante o exercício corrente, o efeito financeiro consolidado da revisão dos prazos de arrendamento a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão resultou em um aumento de R\$ 139.407 nos passivos de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos (sem efeito financeiro em 31 de dezembro de 2023).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: **5.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJRE"). O reconhecimento e o reconhecimento inicial dependem das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos de contas a receber e outros ativos circulantes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas acumuladas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, partes de um ativo financeiro ou partes de um ativo financeiro semelhante) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, o Grupo transfere os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve. Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição global de "baixa" de "grau de investimento". O Grupo considera que o risco de crédito de um ativo financeiro é superior ao rating de crédito publicado por agências especializadas e renomadas no mercado. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo e o histórico de perdas e rating de crédito das administradoras avaliadas pelo mercado. **5.1.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 19) e passivo de arrendamento (Nota 18). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido e valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraaposta paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas inicialmente prováveis, resultando em mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de transação e reconhecida na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento de um item no balanço, como estoque, o valor acumulado no patrimônio líquido de ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta de ajuste de avaliação patrimonial são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta

ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, contratos de hedge, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Considerações gerais e políticas:** **5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
a.1) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
a.2) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ratings
c) Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **a.1) Risco de moeda:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo predominantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial do Grupo dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Consolidado		31/12/2024		31/12/2023	
Derivativos operacionais - Notional (NDF)					
O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de "Outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2024, foi apurado ganho, líquido de impostos, de R\$ 68.599 (perda de R\$ 26.958 em 31 de dezembro de 2023). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.					
Instrumento de hedge					
		Objeto de hedge			
Vencimentos	Moeda	Notional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 10/01/2025				Pedido de Importações	De 10/01/2025
a 21/01/2026	USD	(1.306.684)	165.243	de mercadorias	a 21/01/2026
Valor consolidado		(1.306.684)	165.243		

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pelo Grupo, através de sua controlada indireta Fisia, em 31 de dezembro de 2024, sendo que todos possuem a finalidade de proteção à variação nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco do impacto da variação cambial sobre os passivos oriundos das compras de mercadorias de terceiros.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(178.345)	Comprado	19.524	21/01/2026	ABC
NDF	(595.469)	Comprado	90.520	21/01/2026	Bradesco
NDF	(1.003)	Comprado	77	21/01/2026	BTG
NDF	(160.338)	Comprado	16.261	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	(43.149)	Comprado	5.022	21/01/2026	Itaú
NDF	(309.866)	Comprado	20.554	21/01/2026	Santander
NDF	(212.232)	Comprado	15.152	21/01/2026	Votorantim
NDF	3.611	Vendido	(120)	21/01/2026	ABC
NDF	11.306	Vendido	(12)	21/01/2026	Bradesco
NDF	119.212	Vendido	(650)	21/01/2026	BTG
NDF	25.522	Vendido	(34)	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	162	Vendido	(6)	21/01/2026	Itaú
NDF	23.669	Vendido	(1.048)	21/01/2026	Santander
NDF	236	Vendido	3	21/01/2026	XP
Total	(1.306.684)		165.243		

a.2) Risco de taxa de juros: Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

Consolidado		31/12/2024		31/12/2023	
Aplicações financeiras (Nota 6)		916.019	783.551		
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)		(172.790)	(201.154)		
Debêntures (Nota 20)		(1.119.578)	(1.396.346)		
Arrendamentos a pagar (Nota 18)		(1.624.942)	(1.593.882)		

Análise de sensibilidade: O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI do índice DI da B3 (12,15% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

Aplicações financeiras (Nota 6)	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Debêntures (Nota 20)	Arrendamentos a pagar (Nota 18)	Aumento dos Juros		Redução dos Juros					
				Possível (+)	Provável (+)	Possível (-)	Remoto (-)				
916.019	111.296	139.120	166.944	83.472	55.648	25%	50%	-25%	-50%		
(1.72.790)	(20.994)	(26.243)	(31.491)	(15.746)	(10.497)	(1.119.578)	(136.029)	(170.036)	(204.044)	(102.022)	(68.015)
(1.624.942)	(197.430)	(246.788)	(296.145)	(148.073)	(98.715)						

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras. O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 86,7% dos recebíveis no balanço do Grupo (88,5% em 31 de dezembro de 2023), enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 13,2% (11,5% em 31 de dezembro de 2023). Todas as vendas do Grupo nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. O Grupo registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, o Grupo não terá apresentado perdas na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com algumas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos com garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Consolidado		31/12/2024		31/12/2023	
Caixa e bancos (Nota 6)		30	1.194	35.738	52.740
Meios de pagamento (Nota 6)				44.956	39.623
Aplicações financeiras (Nota 6)		40.339	54	916.019	783.551
Contas a receber (Nota 7)				1.605.473	1.597.414
Outros ativos (Nota 12)		47.835	51.952	186.899	141.098
Depósitos judiciais (Nota 14)				118	619.380
Total		88.204	53.318	3.408.465	3.025.738

Devido à característica de seu negócio, o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito de contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. **c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía saldo de antecipação de recebíveis (R\$ 109.345 em 31 de dezembro de 2023). O Grupo monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente de contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses é de R\$ 1.029.369 (R\$ 1.087.874 em 31 de dezembro de 2023).

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2024							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	1.095.552	1.095.552	871.781	223.771	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	52.217	52.217	19.021	33.196	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	172.790	212.192	12.364	56.163	61.801	81.864	-
Debêntures (Nota 20)	1.119.578	1.304.427	57.096	452.316	458.758	336.257	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.624.942	2.240.398	53.625	277.997	632.393	501.307	775.076
Impostos parcelados (Nota 22)	241.963	241.963	8.339	38.107	39.719	84.948	70.850
Outras contas a pagar (Nota 26)	219.936	219.936	209.481	-	10.455	-	-
Total	4.526.978	5.366.685	1.231.707	1.081.550	1.203.126	1.004.376	845.926

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2023							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	1.091.681	1.092.723	962.136	130.587	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154						

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2024

(Em milhares de Reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%)Taxa média de perda esperada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado/serviços	183.777	0,43%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.414.484	0,00%	-	Não
Total	1.598.286		(872)	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

	31/12/2024	31/12/2023
Aging	2.455	7.692
Vencidos acima de 120 dias	189	1.047
Vencidos de 91 a 120 dias	337	1.392
Vencidos de 61 a 90 dias	764	1.271
Vencidos até 30 dias	1.943	5.951
A vencer até 30 dias	689.048	769.361
A vencer de 31 a 60 dias	340.321	318.513
A vencer de 61 a 90 dias	211.279	188.263
A vencer de 91 a 120 dias	118.478	121.482
A vencer de 121 a 180 dias	123.881	112.818
A vencer de 181 a 365 dias	116.915	70.496
Total	1.605.610	1.598.286

8. ESTOQUES - CONSOLIDADO

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.

8.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Mercadoria de revenda (lojas)	483.803	640.882
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	975.344	1.001.403
Importação em andamento	216.645	67.195
Almoxarifado	14.670	10.545
Subtotal	1.690.462	1.720.025
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(24.526)	(20.689)
Total	1.665.936	1.699.339

(*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As alterações foram de "Mercadoria de revenda (lojas)" para "Mercadoria de revenda (centros de distribuição)". As mudanças mencionadas não alteram o total de estoques na respectiva data-base.

Movimentação das perdas nos valores realizáveis:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(20.686)	(8.613)
Adição	(51.953)	(68.602)
Perdas efetivas nos estoques	48.113	56.529
Saldo final	(24.526)	(20.689)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratadas em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:

	Consolidado
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo	165.816
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo	(573)
Total	165.243

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (a)	237.854	363.354
PIS	21.029	31.342
COFINS	96.997	140.401
IRRF	28.996	32.268
Outros	8.850	10.731
Total	393.899	578.460
Circulante	264.496	390.649
Não circulante	129.402	187.811

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrente da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos créditos a serem compensados era de R\$ 237.854, sendo que o saldo de créditos a ser compensado em até 12 meses era de R\$ 126.154 da sua totalização, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Compensação
Até 12 meses	126.154
Acima de 12 meses	111.700
Total	237.854

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:

	Consolidado
IRPJ/CSLL sobre Selic	30.764
IRPJ/CSLL	60.612
Total	60.612
Circulante	35.803
Não circulante	24.809

12. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Consolidado
Marketing a apropriar	86.646
Despesas antecipadas	29.172
Contencioso indenizável	40.586
Prêmios de seguros a apropriar	13.602
Bônus de subscrição OneFan (a)	7.250
Outros valores a receber	4.595
Adiantamento para fornecedores	3.493
Adiantamento para colaboradores	1.555
Depósito em garantia - Aquisição NWB (b)	6.824
Total	186.899
Circulante	140.072
Não circulante	46.827

(a) O período de exercício do bônus de subscrição foi prorrogado para 31 de maio de 2025. (b) Em março de 2024 o Grupo efetuou o levantamento, e o respectivo pagamento aos vendedores, do montante mantido como depósito em garantia realizado para garantir eventuais obrigações indenizatórias, decorrentes da aquisição da NWB.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Grupo adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income taxes) que introduziram uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, o Grupo não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro provável. **13.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e base negativa	44.177	401.151	447.177
Provisões gerais e contingências	94.916	129.794	(11.256)
Provisão para estoques	9.781	18.127	9.781
Provisão de bônus	37.995	20.788	37.995
Depreciação/arrendamento	342.813	334.113	(218.059)
Ágio	71.050	-(69.577)	9.473
Mais valia FitDance	-(790)	-(790)	(790)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	-	-(93.660)	(93.660)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	13.887	-(35.339)	-(35.340)
Lucro nos estoques	113.132	131.305	113.132
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	1.045.814	1.120.215	(375.703)
Montante passível de compensação	(347.058)	(364.684)	-
Imposto líquido (ativos) passivos	698.756	755.531	(12.046)
As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14. (a) Em 2023 foi proferida decisão judicial em favor do Grupo reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da			

compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, o Grupo reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R\$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter ocorrido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, o Grupo reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. No exercício não houve movimentação no saldo de créditos tributários. **Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de realização dos impostos diferidos ativo:** O Grupo preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 9 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilidade das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado a experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Ano	SBF Comércio	Fisla	Demais empresas
2025	3.600	-	1.474
2026	19.217	13.937	3.820
2027	20.267	16.833	4.219
2028	28.221	23.403	4.946
2029	36.409	33.311	5.746
2030	54.173	50.436	7.343
2031	58.232	55.574	7.523
2032	57.719	75.560	1.837
2033 (a)	-	-	115.356
Total	277.838	269.054	151.864

(a) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 9º ano. **Taxa de crescimento da receita:** Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 9,6%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de operações quanto administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 698.756. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 9º ano.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais acumulados	739.958	251.586
Despesas tributárias	179.477	61.022
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	919.435	312.608

As informações no nível das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo:

	2024	Prejuízos fiscais acumulados	Despesas tributárias	Total
Grupo SBF S.A. (Controladora)				
Base	180.600	11.603	192.203	
Efeito tributário	61.404	3.945	65.349	
Base	294.392	159.021	453.403	
Efeito tributário	100.990	54.067	154.157	
Base	71.738	-	71.738	
Efeito tributário	24.391	-	24.391	
Base	193.238	8.853	202.091	
Efeito tributário	65.701	3.010	68.711	
Base	739.958	179.477	919.435	
Efeito tributário	251.586	61.022	312.608	
Prejuízos fiscais acumulados	739.958	251.586	991.544	
Despesas tributárias	179.477	61.022	240.500	
Total consolidado	919.435	312.608	1.231.044	
Grupo SBF S.A. (Controladora)				
Base	160.655	15.057	175.712	
Efeito tributário	54.623	5.119	59.742	
Base	320.004	101.460	421.464	
Efeito tributário	108.801	34.498	143.297	
Base	143.479	-	143.479	
Efeito tributário	48.783	-	48.783	
Base	174.533	14.216	188.748	
Efeito tributário	59.341	4.833	64.174	
Base	798.671	130.732	929.403	
Efeito tributário	271.548	44.449	315.997	

(a) Contempladas as empresas Lionne, FitDance, NWB, VLOG e Premier.

Movimentação das diferenças temporárias:

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Mais imposto corrente	Utilização	Outros resultados	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	401.151	49.384	-(3.358)	-	-	447.177
Provisões gerais e contingências	119.917	(36.257)	-	-	-	83.660
Provisão para estoques	18.127	(8.346)	-	-	-	9.781
Provisão de bônus	20.788	17.207	-	-	-	37.995
Depreciação/arrendamento	124.666	89	-	-	-	124.755
Ágio	9.473	(9.473)	-	-	-	-
Mais valia FitDance	-(1.142)	-352	-	-	-	-(790)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	(93.660)	-	-	-	-	-(93.660)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	13.887	-	-	-(49.227)	-(35.340)	-(70.680)
Lucro nos estoques	131.305	-(18.173)	-	-	-	113.132
Imposto líquido ativo (passivo)	744.512	(5.569)	352	(3.358)	(49.227)	686.710

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora	Consolidado
Lucro antes dos impostos	536.252	169.146
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(182.326)	(57.510)
Adições permanentes:		
Despesas dedutíveis	20	34.645
Exclusões permanentes:		
Incentivo fiscal exercício corrente	-	116.886
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	-	67.942
Recursos não tributáveis	4	17.584
Outros itens:		
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	186.566	63.805
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(4.254)	(5.995)
Total	(182.326)	(57.510)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de anos		

GRUPO SBF
GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11



Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Participação	31/12/2023					Equivalência
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	
SBF Comércio	100%	6.319.360	3.762.907	2.556.453	(206.813)	2.349.640
VBLGO	100%	90.175	72.769	17.406	(1.776)	15.630
Premier	100%	332.362	326.080	6.282	-	6.282
Network	100%	16.014	8.053	7.961	-	7.961
Total		6.757.911	4.169.809	2.588.102	(208.589)	2.379.513

Movimento	31/12/2023					Equivalência
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	
SBF Comércio	100%	2.205.672	-	(11.801)	4.195	(25.561)
VBLGO	-	28.122	-	-	-	(1.478)
Premier	-	(24.213)	-	-	-	30.495
Network	-	64.450	6.300	-	-	(6.668)
Total		2.274.031	6.300	(11.801)	4.195	(27.039)

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício:

Beneficentia em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio aplicado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido auferido, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

16.2 Composição:

	Taxa anual de depreciação (%)	Depreciação		31/12/2023
		Custo	31/12/2024	
Computadores e periféricos	20	238.020	(174.692)	63.328
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	85.411	(50.305)	35.106
Móveis e utensílios	8	328.421	(161.439)	166.982
Veículos	20	2.575	(2.575)	-
Beneficentia em imóveis de terceiros	10	991.648	(608.150)	383.498
Imobilizado em andamento	(a)	1.004	-	1.004
Total		1.647.079	(997.161)	649.918

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2024		Adições		Baixas		Transferências entre rubricas		Saldo em 31/12/2024	
	Computadores e periféricos	224.381	173	(9.133)	22.599	238.020	-	-	-	224.381
Máquinas, equipamentos e ferramentas	75.324	82	(1.609)	11.614	85.411	-	-	-	85.411	
Móveis e utensílios	312.589	2	(5.184)	21.014	328.421	-	-	-	328.421	
Veículos	2.727	-	(152)	-	2.575	-	-	-	2.423	
Beneficentia em imóveis de terceiros	935.178	82	(32.174)	88.562	991.648	-	-	-	991.648	
Imobilizado em andamento	172	144.621	-	(143.789)	1.004	-	-	-	1.004	
Custo do imobilizado	1.550.371	144.960	(48.252)	-	1.647.079					1,647,079
Computadores e periféricos	(159.675)	(23.147)	8.130	-	(174.692)					(174,692)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.204)	(4.475)	1.374	-	(50.305)					(50,305)
Móveis e utensílios	(145.662)	(20.088)	4.311	-	(161.439)					(161,439)
Veículos	(2.727)	152	-	-	(2,575)					(2,575)
Beneficentia em imóveis de terceiros	(584.674)	(46.965)	23.489	-	(608.150)					(608,150)
Depreciação	(939.942)	(94.676)	37.466	-	(997.161)					(997,161)
Total do imobilizado líquido	610.429	50.285	(10.796)	-	649.918					649,918

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023		Adições		Baixas		Transferências entre rubricas		Saldo em 31/12/2023	
	Computadores e periféricos	208.628	3.154	(792)	13.391	224.381	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e ferramentas	68.839	491	(2.586)	8.580	75.324	-	-	-	-	75.324
Móveis e utensílios	272.661	982	(4.108)	43.054	312.589	-	-	-	-	312.589
Veículos	2.727	-	-	-	2,727	-	-	-	-	2,727
Beneficentia em imóveis de terceiros	878.704	2.662	(17.698)	71.510	935.178	-	-	-	-	935.178
Imobilizado em andamento	18.342	118.365	-	(136.535)	172	-	-	-	-	172
Custo do imobilizado	1.449.901	125.654	(25.184)	-	1,550,371					1,550,371
Computadores e periféricos	(139.191)	(21.252)	768	-	(159,675)					(159,675)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(46.123)	(3.597)	2.516	-	(47,204)					(47,204)
Móveis e utensílios	(130.479)	(18.648)	3.465	-	(145,662)					(145,662)
Veículos	(2.727)	-	-	-	(2,727)					(2,727)
Beneficentia em imóveis de terceiros	(589.430)	(42.523)	17.279	-	(584,674)					(584,674)
Depreciação	(877.950)	(86.020)	24.028	-	(939,942)					(939,942)
Total do imobilizado líquido	571.951	39.634	(1.156)	-	610,429					610,429

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil: Fundo de comércio: Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Marcas e patentes:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisca. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobranded Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Tecnologia (Know-how):** Juntamente com a aquisição do grupo Network ("NWB"), o Grupo SBF adquiriu um contrato de criação de conteúdo digital direcionado ao público do esporte. Para que a maior parte da receita da NWB aconteça, faz-se necessário um conjunto de conhecimentos, capacidades e habilidades que somadas (know-how) são capazes de produzir conteúdo em formato áudio visual atrativos para o público alvo de cada canal próprio da NWB. Esse contrato foi mensurado na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios e sua vida útil definida foi de 10 anos. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas e patentes	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **17.2 Composição:**

	Taxa anual de amortização (%)	Amortização		31/12/2023
		Custo	31/12/2024	
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(14.180)	4.074
Softwares	20	588.324	(230.673)	357.651
Marcas direito e patente	10	7.425	(636)	6.789
Software em andamento	-	534	-	534
Contrato de distribuição	-	164.821	(67.302)	97.519
Carteira de clientes	-	1.024	(2.070)	1.954
Tecnologia	10	11.618	(4.454)	7.164
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	53.541	-	53.541
Total		848.541	(319.315)	529.226

	Saldo em 01/01/2023		Adições		Baixas		Transferências entre rubricas		Saldo em 31/12/2024	
	Fundo de comércio	18.254	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	635.451	14.767	(168.121)	106.227	588.324	-	-	-	-	588.324
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7,425	-	-	-	-	7,425
Software em andamento	82	106.679	-	(106.227)	534	-	-	-	-	534
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164,821	-	-	-	-	164,821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4,024	-	-	-	-	4,024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11,618	-	-	-	-	11,618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	53.541	-	-	-	53,541	-	-	-	-	53,541
Custo do intangível	895.216	121.446	(168.121)	-	848.541					848,541
Fundo de comércio	(12.666)	(1.514)	-	-	(14,180)					(14,180)
Softwares	(303.092)	(95.497)	167.916	-	(230,673)					(230,673)
Marcas direito e patente	(339)	(297)	-	-	(636)					(636)
Contrato de distribuição	(50.820)	(16.482)	-	-	(67,302)					(67,302)
Carteira de clientes	(1.416)	(654)	-	-	(2,070)					(2,070)
Tecnologia	(3.292)	(1.162)	-	-	(4,454)					(4,454)
Amortização	(371.625)	(115.606)	167.916	-	(319,315)					(319,315)
Total do intangível líquido	523.591	5.840	(205)	-	529,226					529,226

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023		Adições		Baixas		Transferências entre rubricas		Saldo em 31/12/2024	
	Fundo de comércio	18.502	-	(248)	-	-	-	-	-	-
Softwares	504.701	6.343	(2.802)	127.209	635.451	-	-	-	-	635.451
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7,425	-	-	-	-	7,425
Software em andamento	472	126.819	-	(127.209)	82	-	-	-	-	82
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164,821	-	-	-	-	164,821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4,024	-	-	-	-	4,024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11,618	-	-	-	-	11,618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	54.539	-	(998)	-	53,541	-	-	-	-	53,541
Custo do intangível	766.102	133.162	(4.048)	-	895.216					895,216
Fundo de comércio	(11.201)	(1.713)	248	-	(12,666)					(12,666)
Softwares	(230.175)	(75.718)	2.801	-	(303,092)					(303,092)
Marcas direito e patente	(43)	(296)	-	-	(339)					(339)

GRUPO SBF
GRUPO SBF S.A.
 CNPJ 13.217.485/0001-11



Demonstrações Financeiras 2024

(Em milhares de Reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

22. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos de tributos Estaduais	158.535	12.636
Parcelamentos de tributos Federais	83.429	83.237
Total impostos parcelados	241.963	96.073
Passivo circulante	44.078	31.677
Passivo não circulante	197.885	64.396

As movimentações dos impostos parcelados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	96.073	112.389
Adesão dos impostos Estaduais (a)	167.455	6.259
Adesão dos impostos Federais	1.237	—
Juros sobre parcelamento de tributos	13.903	8.105
Parcelas pagas	(36.705)	(30.680)
Saldo em 31 de dezembro	241.963	96.073

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024. No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Não Circulante		Total		2026		2027		2028 em diante	
	Circulante	geral	2025	2026	2027	2028	diante			
RJ	2.113	694	2.807	2.113	694	—	—	—	—	
MG	2.768	8	2.776	2.768	8	—	—	—	—	
SP	14.231	138.721	152.952	14.231	16.485	16.485	105.751	—	—	
Total Estaduais	19.112	139.423	158.535	19.112	17.187	16.485	105.751			
Parcelamentos ordinários	57	15	72	57	15	—	—	—	—	
Refis lei 11.941	22.104	57.507	79.611	22.104	22.104	—	13.299	—	—	
Outros	2.805	940	3.745	2.805	414	293	243	—	—	
Total Federais	24.966	58.462	83.428	24.966	22.533	22.387	13.542			
Total parcelamentos	44.078	197.885	241.963	44.078	39.720	38.872	119.293			

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e 13º salário	70.330	69.337
Provisões para participação nos lucros	118.100	50.123
Provisões para participação nos lucros - Pessoal chave da Administração (Nota 25)	11.073	2.289
Salários a pagar	26.360	24.827
Obrigações com pessoal a pagar	3.370	1.734
Contribuições a recolher	186	172
Obrigações trabalhistas	229.419	148.482
INSS a recolher	19.169	18.251
FGTS a recolher	5.132	4.885
INSS retido a recolher	5.587	2.672
Obrigações previdenciárias	29.888	25.808
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	259.307	174.290

24. DIVIDENDOS

24.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **24.2 Composição:** Em 31 de dezembro de 2024, foram apurados R\$ 127.361 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	536.256	169.145
(-) Reserva legal - 5%	(26.813)	(8.457)
(-) Reserva incentivos fiscais	—	(20.363)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	509.443	140.325
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	127.361	35.081
Dividendos adicionais propostos	—	7.205

A movimentação de dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo 1º janeiro de 2023	—	33.085
Dividendos mínimos obrigatórios - 2023	—	35.081
Pagamento de dividendos aos acionistas	—	(33.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	35.081
Dividendos adicionais propostos - 2023	—	7.205
Pagamento de dividendos aos acionistas	—	(42.284)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024	—	127.361
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	127.361

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de compra e venda de mercadorias e fretes.** - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a VBLOG e a Fisia e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral de SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis** - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLOG do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. Até fevereiro de 2024, a controlada VBLOG, que atua como operadora logística, subloca para as empresas Fisia e SBF Comércio um armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte das operações em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras. **Marketplace** - A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido. **Roteio administrativo** - As controladas Fisia e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os raios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas. **Serviços audiovisuais** - As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referentes às transações descritas acima são demonstrados nos quadros a seguir. **25.2 Composição: Controladora:** Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue: Os valores da controladora estão sendo apresentados na Nota 7, contas a receber.

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	2.408	—
Fisia	3.625	16.998
Total	6.033	16.998

Transações realizadas entre partes relacionadas - eliminadas na consolidação: As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Contas a receber		Fornecedores	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Grupo SBF	6.033	16.998	(2.617)	(28)
SBF Comércio	163.123	334.111	(226.872)	(397.483)
Premier	30.166	181.791	(119.504)	(289.068)
Fisia	195.778	185.614	(39.537)	(50.960)
VBLOG	975	27.581	(6.882)	(9.674)
Lione	—	183	—	—
Network (a)	—	694	(531)	—
FitDance	22	241	(154)	—
Total	396.097	747.213	(396.097)	(747.213)
Adiantamento para fornecedores	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	200	20.558	—	—
Premier	—	—	(4.200)	—
VBLOG	—	—	(16.358)	—
Network (a)	218	—	(75)	—
Acelerados	—	—	(218)	—
FitDance	—	—	(200)	—
Total	418	20.558	(418)	(20.633)

	Compras		Vendas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	(2.884.872)	(2.937.313)	2.427.677	2.457.546
Premier	(2.427.677)	(2.457.546)	2.444.615	2.486.780
Fisia	—	—	(440.257)	(450.533)
Total	(5.312.549)	(5.394.859)	5.312.549	5.394.859
	Serviços logísticos		Aluguéis	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	(5.107)	(29.482)	39	39
Premier	(6.199)	—	—	—
VBLOG	(42.017)	67.163	434	2.815
Fisia	(30.711)	(37.681)	(473)	(2.854)
Total	(83.034)	(70.000)	434	(2.815)
	Serviços audiovisuais		Roteio administrativo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Grupo SBF	(6.893)	—	190.518	170.434
SBF Comércio	—	—	(6.445)	(16.119)
Premier	—	—	(19.353)	(33.071)
VBLOG	—	—	(170.055)	(127.473)
Fisia	4.141	7.470	(531)	—
Network (a)	(28)	(10)	—	—
Acelerados	4.552	2.060	(154)	—
FitDance	—	—	—	—
Total	(28)	(28)	190.518	170.434

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	36.791	29.927
Fisia	(36.791)	(29.927)
Total	—	—

(a) Conforme apresentado na Nota 3, em 1º de dezembro de 2024, a NeoTV, controlada indireta do Grupo SBF, foi incorporada pela controlada Fisia e Fisia, os saldos de transações entre partes relacionadas com a NeoTV, corrigidos até a data da incorporação, estão apresentados na linha da empresa incorporadora (Network).

Juros sobre capital próprio:

	31/12/2024	31/12/2023
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - Fisia	—	57.963
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - VBLOG	—	1.256
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	—	(125.191)
IRRF sobre juros sobre capital próprio - Fisia	—	(8.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	1.256
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024 - Fisia	—	53.627
Pagamento de juros sobre o capital próprio - Fisia	—	(45.578)
Pagamento de juros sobre o capital próprio - VBLOG	—	(1.256)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio - Fisia	—	(8.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	—

Dividendos a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo 1º janeiro de 2023	—	235.756
Recebimento de dividendos Fisia	—	(88.237)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2023	—	25.561
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	173.080
Dividendos adicionais Fisia - 2023	—	132.058
Recebimento de dividendos Fisia	—	(279.577)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2024	—	(24.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	149.715

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Brito Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGP/M.

	31/12/2024	31/12/2023
VBLOG	41	40
Premier	66	65
SBF Comércio	25.275	25.200
Total	25.382	25.305

Remuneração ao pessoal chave da administração: A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de Administração	12.047	9.279
Participação nos lucros e resultados	—	11.073
Pagamento baseado em ações	808	4.101
Total	12.855	24.453

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Comissão de marketing e comunicação	—	29.848
Provisão de parceiros digitais	—	27.020
Fretes/armazenagem	—	34.599
Provisões gerais (a)	368	835
Utilidades e serviços	—	11.282
Obrigações com investimentos (b)	10.455	74.446
Outras obrigações	—	—
Total	10.823	75.281
Circulante	368	836
Não circulante	10.455	74.445

(a) Referem-se substancialmente aos honorários de sucumbência a pagar, atrelados a transação tributária do Governo do Estado de São Paulo - Adesão ao programa de parcelamento de impostos, conforme Nota 14.2; (b) Referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada indireta Fisia, da controlada NNBW e ao Programa de Recompra Grupo SBF. **Aquisição - Fisia:** Obrigação relativa à aquisição da controlada indireta Fisia, liquidada em 2024 (R\$ 58.011 em 31 de dezembro de 2023). **Aquisição - NNBW:** Composto por contas a pagar relativos à contraprestação depositada em garantia, liquidada em 2024 mediante o levantamento do valor mantido em depósito, e a dívida diferida com os vendedores da NNBW que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. No valor total de R\$ 10.455 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.435 em 31 de dezembro de 2023). **Aquisição - Programa de Recompra de Ações Grupo SBF:** Referem-se ao contas a pagar, da controlada indireta Fisia, pela aquisição de ações do Grupo SBF S.A., como parte do Programa de Recompra Grupo SBF, conforme Nota 28.

27. OUTROS PASSIVOS - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	93.125	108.882
Patrocínios e royalties	15.904	10.603
Obrigações com clientes (a)	71.124	38.451
Total	180.153	157.936
Circulante	104.381	66.276
Não circulante	75.772	91.660

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale trocas que podem ser utilizadas como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.



GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11



Demonstrações Financeiras 2024

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Custo da revenda de mercadorias	(3.582.653)	(3.617.938)
Custo de fretes e logística	(24.163)	(24.870)
Custo de serviço de produção audiovisual	(31.773)	(31.192)
Total	(3.638.589)	(3.674.000)

32. DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Despesas com vendas	675.896	(660.192)
Pessoal	(517.712)	(492.702)
Publicidade e propaganda	(246.402)	(145.364)
Fretes e transportes (a)	(165.044)	(183.723)
Depreciação de direito de uso	(140.567)	(140.976)
Utilidades e serviços	(117.828)	(121.866)
Serviços de terceiros (a)	(91.866)	(257.988)
Ocupação	(88.667)	(82.854)
Depreciação e amortização	(88.604)	(83.019)
Informática e telecomunicações	(53.193)	(56.283)
Embalagens e outros materiais	(27.480)	(29.051)
Contencioso e despesas jurídicas	(15.157)	(19.282)
Outras despesas	(2.087)	(4.541)
Total despesas com vendas	(2.230.503)	(2.277.841)

(a) A redução dos custos com serviços de terceiros e o aumento dos custos com fretes e transportes se deve à migração para um centro de distribuição próprio das operações da controlada indireta Fisia.

Despesas administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Despesas administrativas e gerais	(318.270)	(206.452)
Pessoal	(10.264)	(10.966)
Publicidade e propaganda	(558)	(806)
Fretes e transportes	(22.134)	(20.819)
Depreciação de direito de uso	(7.687)	(6.890)
Utilidades e serviços	(26.756)	(25.397)
Serviços de terceiros	(32.855)	(32.698)
Ocupação	(6.558)	(5.954)
Depreciação e amortização	(120.877)	(97.844)
Informática e telecomunicações	(77.626)	(69.354)
Embalagens e outros materiais	(168)	(453)
Contencioso e despesas jurídicas (b)	(51.934)	(30.529)
Outras despesas	(12.667)	(9.438)
Total despesas administrativas e gerais	(688.354)	(517.600)

(b) Em 2024, o montante de R\$ 11.993 refere-se à reversão da Provisão para riscos tributários, líquida da constituição dos Impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14. (*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As principais alterações foram: (i) de "utilidades e serviços" para "informática e telecomunicações" e "fretes e transportes"; (ii) de "serviços de terceiros" para "utilidades e serviços"; e (iii) de "ocupação" para "utilidades e serviços". As mudanças mencionadas não alteram os totais de despesas com vendas e despesas administrativas.

33. RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

33.1 Políticas contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadores de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

33.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	105.563	158.010
Variação cambial ativa	60.805	19.597
Receitas de aplicações financeiras	51.995	35.539
Atualização monetária de impostos	9.091	32.096
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.797	2.457
Juros e multas recebidos	914	979
Outras receitas financeiras	182	689
Descontos obtidos	39	—
Juros sobre multas	(8.856)	—
PIS/COFINS s/receita financeira	—	—
Total receitas financeiras	221.530	249.367

Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras	(154.335)	(184.664)
Juros e custo de captação sobre debêntures	(126.549)	(134.400)
Juros de arrendamento mercantil	(109.909)	(146.188)
Variação cambial passiva	169.209	(36.190)
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	(27.352)	(34.003)
Juros sobre parcelamento de tributos	(13.903)	(8.105)
Outras despesas financeiras	(11.051)	(13.714)

Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras	(4.578)	(10.176)
Tarifas e taxas bancárias	(5.033)	(1.762)
Juros sobre atraso de impostos	(1.599)	(2.970)
Impostos sobre operações financeiras	(416)	(1.524)
Juros sobre operações de venda de recebíveis	(45)	(16.669)
Total despesas financeiras	(285.555)	(590.365)

(a) Em 2024, o montante de R\$ 228.334 refere-se à reversão dos juros sobre contencioso tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14.

34. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidos entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato. Em 2024, houve o pagamento de R\$7.000 referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Adicionalmente, em 2024, foi reconhecido o montante de R\$ 13.000 a pagar aos sócios vendedores como parcela de *Earn-Out* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

35. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, ralo, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos	R\$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 14.000.000
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 386.185
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e Lucros cessantes	R\$ 859.542

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O

Relatório Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2024

1. **Histórico e Composição:** O Comitê de Auditoria do Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi constituído e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê"). O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno"). O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, informações intermediárias e demonstrações financeiras. O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselho independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor. 2. **Atividades do Comitê no Exercício:** Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social. 3. **Parecer do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de março de 2025

Membros

Luiz Carlos Nannini

Luiz Alberto Quinta

Eduardo Rogatto Luque

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores:

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concordando e autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opinião expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores:

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 14 de março de 2025

Pedro Zemel - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Grupo SBF S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

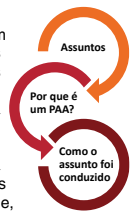
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(c) e 13.2)

As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 686.710 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 13.2. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.

Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))

As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 153.914 mil, em 31 de dezembro de 2024.

A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação.

Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer

forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças a nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 17 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023





SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Relatório da Administração sobre os Resultados 2024

O ano de 2024 foi marcado por entregas consistentes e objetivos alcançados com êxito. A Centauro entregou o melhor ano da sua história. Com faturamento recorde e expansão de receita bruta em seus dois canais de atuação e maior margem bruta em um período de um ano, reforçando nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de remarcações mais agressivas no segundo semestre de 2023.

Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias, avanço que reflete a otimização dos estoques e a normalização da dinâmica de compras. No início do plano estratégico de 30 meses (27J3), rapidamente adaptamos nossa estrutura de custos, e aumentamos nossa eficiência operacional através da diluição de despesas.

O ano de 2024 da Centauro foi marcado pela expansão da rentabilidade, com foco na maximização do lucro bruto por m², e na eficiência operacional. A Centauro aprimorou a precificação dos produtos,

ampliou a participação de itens de maior margem nos canais físico e digital, reduziu o aging de seus estoques e implementou iniciativas como a venda de combos e expansão da categoria de vestuário no digital. Além disso, a conversão de lojas para o formato G5, a implementação de um projeto com foco em visual merchandising em parceria com marcas estratégicas, e a realização de eventos esportivos, como o circuito de corridas "Centauro Desbrava", impulsionaram o engajamento dos clientes e o crescimento do lucro bruto.

A omnicanalidade é um pilar estratégico para a nossa empresa, e em 2024, demos passos importantes para fortalecer a integração entre os canais das nossas unidades de negócios. Através do projeto "Troca Tudo", a Centauro se tornou 100% omnicanal viabilizando a troca de todos os produtos comprados no e-commerce (inclusive 3P) em todas suas lojas físicas. No quarto trimestre do ano, 50% das trocas de produtos do 3P (marketplace) foram realizadas nas lojas e 78% dos clientes que

utilizaram o crédito na loja efetuaram compras com valor superior ao original.

Em 2025, pretendemos realizar mais avanços na Centauro para que as operações das unidades de negócio do Grupo SBF sejam 100% integradas no futuro, permitindo assim que a Centauro e a Fisia se potencializem através das suas fortalezas.

Encerramos 2024 com avanços significativos em eficiência e rentabilidade, fortalecendo as bases para um crescimento sustentável. Seguimos focados na execução estratégica e na criação de valor para nossos stakeholders, consolidando nossa liderança no mercado esportivo por meio da melhoria contínua de nossa operação e do fortalecimento de parcerias estratégicas. Com disciplina e visão de longo prazo, avançaremos de forma consistente, garantindo uma empresa resiliente e preparada para capturar oportunidades futuras.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	467.769	326.343	945.378
Contas a receber	7	1.033.753	1.182.877	1.726.262
Estoques	8	941.333	883.996	1.958.375
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	165.816
Tributos a compensar	10	82.537	141.708	197.064
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	15.645	–	30.476
Outros ativos	12	38.241	47.962	137.760
Dividendos a receber	25	–	–	245
Total do ativo circulante		2.579.276	2.582.886	5.161.376
Não circulante				
Tributos a compensar	10	102.264	94.859	117.630
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	6.869	6.476	6.900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	277.838	262.762	546.892
Depósitos judiciais	14	150.929	107.197	611.063
Outros ativos	12	324	324	4.222
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.206	6.984	–
Total do realizável a longo prazo		540.430	478.602	1.282.809
Investimentos	15	1.855.414	1.495.066	43.523
Imobilizado	16	427.107	387.776	630.523
Intangível	17	233.871	252.766	463.394
Direito de uso	18	1.075.066	1.122.264	1.340.879
Total do ativo não circulante		4.131.888	3.736.474	3.761.128
Total do ativo		6.711.166	6.319.360	8.922.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Saldos em 1º de janeiro de 2023	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício				
Hedge de fluxo de caixa de controladora				
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa				
Contribuição de capital da controladora				
Constituição de reserva				
Distribuição de dividendos				
Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Lucro líquido do exercício				
Hedge de fluxo de caixa de controladora				
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa				
Contribuição de capital da controladora				
Constituição de reserva				
Distribuição de dividendos				
Dividendos adicionais propostos				
Saldos em 31 de dezembro de 2024				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos	504.321	131.814	511.103	135.351
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16,17	144.806	134.635	204.175
Depreciação do direito de uso	18	170.987	192.323	205.835
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	20	1.527	22.630	27.352
Juros e custo de captação sobre debêntures	20	89.805	128.934	154.335
Juros sobre mútuos		–	(6.399)	–
Juros sobre parcelamentos de tributos	22	5.010	9.014	13.900
Juros sobre pagamentos em atraso	32	1.291	2.011	1.496
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	–	–	(735)
Juros sobre atraso de impostos	32	1.652	–	5.018
Resultado de equivalência patrimonial	15	(464.686)	(210.407)	(515)
Remuneração baseada em ações		4.963	1.773	11.740
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	16,17	19	18.960	6.393
Resultado da baixa residual arrendamentos	18	(1.592)	(7.438)	(1.592)
Provisão para obsolescência do estoque	8	34.518	(4.251)	51.953
Juros sobre arrendamento mercantil	18	101.077	115.179	124.654
Descontos sobre arrendamentos	18	(1.719)	(2.259)	(2.259)
Constituição (líquida das reversões) de provisões para riscos administrativos e judiciais	14	(45.188)	29.376	(343.662)
546.791	556.385	969.731	955.144	
Variáveis em:				
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	7	149.124	1.523.043	200.657
Estoques	8	(91.855)	(8.037)	6.895
Instrumentos financeiros derivativos ativo	9	–	–	(21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	11	35.728	180.091	249.115
Depósitos judiciais	14	(43.732)	(10.763)	(207.608)
Outros ativos	12	9.721	(20.124)	(29.423)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	19	(158.023)	(1.428.410)	(184.244)
Fornecedores - risco sacado	19	(10.379)	(75.575)	(10.379)
Obrigações tributárias	21	70.300	59.867	263.416
Parcelamentos de tributos	22	53.163	(28.872)	132.072
Instrumentos financeiros derivativos passivo	9	–	–	(87.231)
Contratâncias pagas	14	(44.889)	(19.325)	(64.301)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	64.347	(17.672)	83.562
546.791	556.385	969.731	955.144	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. A SBF Comércio é controlada pelo Grupo SBF S.A. ("Grupo SBF"). O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendem a Controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto ("Consolidado"). A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas, individualmente ou em conjunto, tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025. As controladas e coligadas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são conforme apresentado abaixo:

Controladas e coligadas	Participação societária		Atividade
	Direta	Indireta	
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	100%	100%	Comércio esportivo
FitDance Entretenimento Ltda. ("FitDance")	100%	100%	Produção de filmes para publicidade
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. ("Fisia")	100%	100%	Comércio atacadista e varejista
X3M Entretenimento S.A. ("X3M")	–	–	30% 30% Produção de eventos esportivos

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 15. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS@ Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC@ Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC@ Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas

para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Consolidação:** A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controladora no patrimônio líquido das controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2024, a Companhia avaliou as alterações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. **b) Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Arrendamentos":** alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e realocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isso poderia afetar particularmente as transações de venda e realocação em que os pagamentos do arrendamento incluem "pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa". **c) Alterações ao IAS 7/CPC "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o

Demonstrações de resultados abrangentes

Recursos líquidos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos líquidos	29	5.939.643	5.826.462	9.516.148
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		–	–	735
Outras receitas		39.052	25.779	56.172
Insumos adquiridos de terceiros	(3.648.062)	(3.579.100)	(5.899.980)	(5.989.737)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(3.138.632)	(3.125.812)	(4.507.865)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(456.138)	(397.663)	(1.314.728)
Perda de valores ativos		(53.292)	(55.625)	(77.387)
Valor adicionado bruto	3.745.862	3.619.736	6.030.067	5.697.136
Depreciação e amortização		(316.427)	(325.475)	(410.301)
Valor adicionado líquido produzido	3.429.435	3.294.261	5.619.766	5.286.830
Valor recebido em transferência	527.418	265.289	217.077	240.891
Resultado de equivalência patrimonial		464.686	469.470	515
Receitas financeiras		62.732	54.212	216.562
Valor adicionado total a distribuir	3.956.653	3.559.550	5.836.843	5.536.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Outros resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluxo de caixa de controladora				
Outros resultados abrangentes	144.784	(40.846)	144.784	(40.846)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa				
De impostos				
Resultado abrangente do exercício	618.312	102.102	618.312	102.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de valor adicionado

Recursos líquidos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos líquidos	29	5.939.643	5.826.462	9.516.148
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		–	–	735
Outras receitas		39.052	25.779	56.172
Insumos adquiridos de terceiros	(3.648.062)	(3.579.100)	(5.899.980)	(5.989.737)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(3.138.632)	(3.125.812)	(4.507.865)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(456.138)	(397.663)	(1.314.728)
Perda de valores ativos		(53.292)	(55.625)	(77.387)
Valor adicionado bruto	3.745.862	3.619.736	6.030.067	5.697.136
Depreciação e amortização		(316.427)	(325.475)	(410.301)
Valor adicionado líquido produzido	3.429.435	3.294.261	5.619.766	5.286.830
Valor recebido em transferência	527.418	265.289	217.077	240.891
Resultado de equivalência patrimonial		464.686	469.470	515
Receitas financeiras		62.732	54.212	216.562
Valor adicionado total a distribuir	3.956.653	3.559.550	5.836.843	5.536.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Recursos líquidos	Controladora		Consolidado	



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



Lando Norris vence corrida maluca da F-1 na Austrália

Por Tiago Mendonça

A McLaren confirmou o favoritismo e venceu o GP da Austrália, primeira etapa da temporada da F-1, com Lando Norris. Mas a corrida esteve muito, muito longe de ser previsível. A começar pela pista molhada, que embaralhou as estratégias e bagunçou o resultado no domingo, dia da corrida.

A superioridade da atual campeã de Construtores ficou evidenciada na classificação, formando a primeira fila com Lando Norris na pole position e Oscar Piastri em segundo. Max Verstappen, da Red Bull, alinhou em terceiro lugar, com um tempo quase quatro décimos acima da pole.

Mas o domingo amanheceu chuvoso e trouxe uma série de desafios para pilotos e equipes. O estreante Isack Hadjar, da Racing Bulls, por exemplo, bateu ainda na volta de apresentação, atrasando a largada em cerca de 15 minutos. Hadjar chorou ainda de capacete enquanto voltava a pé para os boxes.

Quando a prova finalmente começou, foi a vez de Jack Doohan, da Alpine, encontrar o muro, provocando intervenção do safety-car.

Norris manteve a ponta na lar-



Largada do GP da Austrália

gada, e Verstappen superou Piastri nos primeiros metros de corrida. Mas foi por pouco tempo: na 17ª volta, Verstappen passou reto na curva 11, permitindo que Piastri reassumisse o segundo lugar.

A partir daí, tudo parecia caminhar para uma dobradinha da McLaren, e a equipe chegou a pedir via rádio que Piastri não atacasse Norris enquanto a pista não secasse. Os dois então andavam juntos, ambos de pneus slick, quando a chuva resolveu voltar com força na 44ª das 57 voltas completadas.

Norris e Piastri escaparam na brita na curva 12, e o caso de Piastri foi ainda pior, porque ele ficou patinando na grama enquanto os rivais passavam por ele. Norris recolheu imediatamente aos boxes para colocar os pneus intermediários.

Verstappen permaneceu na pista uma volta a mais, o que foi uma decisão equivocada. Mesmo assim, os dois tiveram um excelente duelo nas dez voltas finais e Norris teve de se defender dos ataques de Verstappen. Venceu por apenas 0s8.

George Russell foi o terceiro

colocado e o companheiro de equipe dele na Mercedes, Andrea Kimi Antonelli, fez uma prova magistral, saindo da 16ª posição (eliminado no Q1) para terminar em quarto. Alexander Albon foi o quinto, de Williams, e Lance Stroll o sexto, de Aston Martin.

A Sauber marcou pontos com Nico Hülkenberg na sétima posição. Gabriel Bortoleto fez uma corrida bastante consistente, mesmo com problemas de freio, mas acabou perdendo o controle do carro na 46ª volta e bateu. “Infelizmente, a corrida não terminou como esperávamos”, lamentou Bortoleto.

“Sabíamos que qualquer coisa poderia acontecer em condições como essas; demos tudo, mas forçamos um pouco demais. Por outro lado, estou feliz por Nico e pela equipe por marcarem pontos hoje: ele fez um trabalho incrível, e todos mereceram, tanto na pista quanto em nossa sede em Hinwil”, completou.

A Ferrari, que também permaneceu mais tempo do que deveria na pista de pneus slicks, pontuou com Charles Leclerc em oitavo e Lewis Hamilton, em décimo. Foi o pior início de campeonato da Ferrari desde 2009. Oscar Piastri ainda se recuperou para terminar na nona posição.

Atletismo Brasil já faz treinos finais na China para o Mundial Indoor



Atletismo Brasil na China

A delegação do Brasil viajou para a China em dois grupos - a maior parte já está treinando em Taicang, sede do Mundial Indoor de Nanjing, na China, desde o fim de semana. O Mundial será realizado de sexta-feira a domingo, de 21 e 23 de março - por causa do fuso horário terá início na noite de quinta-feira (20/3) no horário de Brasília. O Atletismo Brasil terá 17 atletas na China - cinco mulheres e 12 homens. A equipe foi ampliada em função da realocação de vagas pela World Athletics.

A delegação brasileira terá uma mescla de atletas experientes - oito dos convocados estiveram nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024 - e caras novas, como a saltadora Regiécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) e o velocista Thiago Gobatti (AFEA-SP).

Na competição serão 576 atletas (264 mulheres e 312 homens) de 127 países, competindo no Cubo de Nanjing, estádio no Centro de Treinamento de Esportes, no Novo Distrito de Jiangbei - com fachada e teto com placas de alumínio.

Nanjing ou Nanquim, como também é chamada a cidade em português, mistura história e modernidade e tem atrações como as antigas muralhas e o Mausoléu Ming Xiaoling.

O Atletismo Brasil tem 17 medalhas conquistadas em Mundiais Indoor (5 de ouro, 6 de prata e 6 de bronze). O último campeão foi Darlan Romani, no arremesso do peso (22.53 m), no Mundial de Belgrado 2022 (Sérvia).

Atletismo Brasil em Nanjing:

Feminino
Anny Caroline de Bassi (IA

Balneário Camboriú-SC) - nos 400 m; July Ferreira da Silva (EC Pinheiros-SP), 400 m; Matheus Lima (Pinheiros-SP) - 400 m; Guilherme Orenhas (IABC-SC) - 800 m; Eduardo de Deus (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - 60 m com barreiras; Rafael Pereira (AABLU-SC) - 60 m com barreiras; Almir dos Santos (Sogipa-RS) - salto triplo; Elton Junio dos Santos Petronilho (Pinheiros-SP) - salto triplo; Wellington Moraes (Pinheiros-SP) - arremesso do peso; Willian Denilson Venâncio Dourado (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - arremesso do peso; José Fernando Ferreira Santana (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - heptatlo; Pedro de Oliveira (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - heptatlo.

Masculino

Thiago Gobatti (AFEA-SP) - 60 m; Jadson Erick Soares Lima (EC Pinheiros-SP), 400 m; Matheus Lima (Pinheiros-SP) - 400 m; Guilherme Orenhas (IABC-SC) - 800 m; Eduardo de Deus (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - 60 m com barreiras; Rafael Pereira (AABLU-SC) - 60 m com barreiras; Almir dos Santos (Sogipa-RS) - salto triplo; Elton Junio dos Santos Petronilho (Pinheiros-SP) - salto triplo; Wellington Moraes (Pinheiros-SP) - arremesso do peso; Willian Denilson Venâncio Dourado (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - arremesso do peso; José Fernando Ferreira Santana (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - heptatlo; Pedro de Oliveira (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - heptatlo.

Comissão Técnica

Sanderlei Parrela (EC Pinheiros-SP) - treinador-chefe; Tânia Fernandes de Paula Moura (Federação Paulista de Atletismo); Diogo Dias Gamboa (Instituto Atletismo de Balneário Camboriú-SC); Wagner Carvalho Domingos (Federação de Atletismo do Paraná); Oficiais CBAT - Edeimar Alves e Fernando Reis.

<https://worldathletics.org/competitions/world-athletics-indoor-championships/nanjing25>

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Rafael Câmara vence de ponta a ponta corrida principal na Austrália e é líder da F3

O brasileiro Rafael Câmara venceu no sábado (15) a corrida principal da etapa de abertura da Fórmula 3, disputada no circuito de Albert Park, em Melbourne. O piloto, que integra o Ferrari Driver Academy e defende a Trident, estreou na categoria neste final de semana com a pole position da prova, que foi realizada debaixo de chuva. De quebra, o estreante sai da Austrália na liderança do campeonato.

A corrida teve o brasileiro liderando de forma dominante. Câmara, que liderou de ponta a ponta, chegou a abrir cinco segundos de frente para o segundo colocado. Um acidente já na 13ª volta de disputa encerrou a prova com bandeira vermelha, definindo a vitória em favor do atual campeão da FRECA.

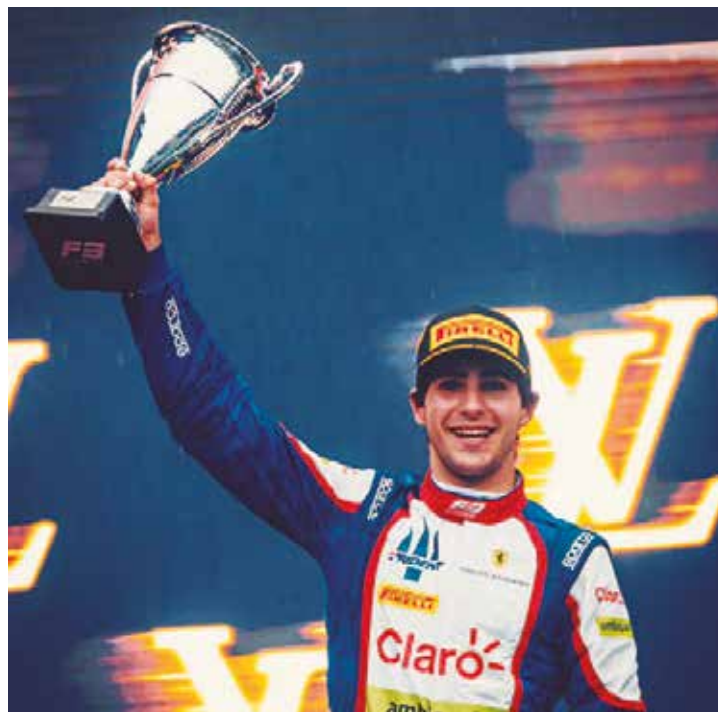
“Estava forte hoje, em condições difíceis e pela primeira vez no molhado neste final de semana. Mas a equipe fez um trabalho

incrível e, assim que começamos a corrida, me mantive na pista, e administrei o ritmo e os pneus. Estou muito feliz com o resultado e estou ansioso pela etapa do Bahrein”, disse Câmara, logo após a corrida.

“Foi a primeira vez que andei em um circuito de rua com pista molhada, então só havia uma linha para seguir. Foi muito complicado, pois, se você tentasse forçar um pouco mais o ritmo e saísse da linha, perderia completamente a aderência. Fui cuidadoso e fiz o meu trabalho”, completou o brasileiro.

Completada a primeira etapa da temporada 2025, Rafael Câmara lidera a F3 com 28 pontos, e tem nove de frente para o segundo colocado.

A temporada 2025 da F3 terá sequência entre os dias 11 e 13 de abril, com a disputa da etapa do Bahrein.



Rafael Câmara

Miguel Silva sobe no pódio em terceiro na OKN Júnior



Miguel Silva contou com um kart bem acertado para chegar no pelotão da frente

Pela segunda vez consecutiva o piloto Miguel Silva (Rodoil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) subiu no pódio da categoria internacional OKN Júnior. No último sábado (15) ele foi terceiro colocado na 2ª etapa da

Copa São Paulo Light de Kart, disputada no Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). Com este resultado ‘Miguelito’ é terceiro colocado no campeonato, com 15 pontos, apenas cinco de diferença para os líderes Nicolas

Guth e Samuel Santiago, vencedores respectivamente das duas primeiras etapas.


Depois de deixar de garantir a pole position por apenas 25 centésimos de segundo, Miguel Silva largou da segunda posição na primeira corrida, mas caiu para sexto na primeira volta. Com muita determinação e um kart bem ajustado e rápido - fez a 2ª volta mais rápida a

somente 2 milésimos de segundo do melhor giro da etapa -, ele foi realizando ultrapassagens e com muita garra recebeu a bandeirada em terceiro. Na segunda bateria largou do terceiro posto, mas como o piloto da sua fila teve dificuldade em partir, Miguel caiu para o oitavo posto. E novamente, com excelente desempenho foi subindo de posições para garantir outra terceira colocação.

A terceira etapa da Copa São Paulo Light de Kart será no dia 12 de abril, novamente no Kartódromo de Interlagos.

Confira os seis que subiram no pódio da 2ª etapa da OKN Júnior: 1) Samuel Santiago, 18 pontos; 2) Nicolas Guth, 18; 3) Miguel Silva, 16; 4) Alejo Caracoché; 13; 5) Rafael Busato, 13; 6) Bernardo Tambasco, 11.

Confira como ficou a pontuação (extra-oficial) da OKN Júnior após a 2ª etapa da Copa São Paulo Light de Kart: 1) Nicolas Guth, 20 pontos; 2) Samuel Santiago, 20; 3) Miguel Silva, 15; 4) Bernardo Tambasco, 13; 5) Eli Steinbruch, 12; 6) Alejo Caracoché, 7; 7) Gui Moleiro, 6; 8) Francisco Rocha, 6; 9) Rafael Busato, 6; 10) Gustavo Bonk, 4; 11) Caio Zorzetto, 3; 12) Leonardo Ramires, 3; 13) Luiz Queiroz, 1.



O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp **ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS **abra** legal **ADJORNAR** JORNAL DO INTERIOR